

\*As provas têm valor total 8,0.

**DPC 0319 – PROF. ORESTE LASPRO**  
**1ª Prova de 28/04/2020 – GABARITO DA PROVA**

1) O que é “distribuição dinâmica do ônus da prova”. Aponte sua conceituação e características, indique seu fundamento legal e dê exemplo de sua aplicação. (3,0)

Conceito (1,0) – atribuição de ônus de forma diversa da regra geral do art. 373 caput, CPC.

Características e Fundamento Legal (1,0) – art. 373, I e II e §§, CPC / prova diabólica / convenção processual.

Exemplos (1,0) – casos de consumo, casos ambientais, outras hipóteses de hipossuficiência técnica

2) É possível afirmar que o Código de Processo Civil confirmou a existência de um “direito autônomo à prova”? Fundamente sua resposta, apontando a fundamentação legal pertinente. (2,5)

Sim (1,0). No fundamento, apontar a positivação da produção antecipada de prova sem requisito urgência (art. 381, II e III, CPC) (1,5).

3) Sobre a figura da “prova emprestada”, responda: para sua admissão como prova válida no processo civil é necessário que a prova tenha sido produzida em processo envolvendo as mesmas partes? Justifique sua resposta apontando (i) quais os requisitos da admissão da prova emprestada em nosso sistema processual e (ii) indicando o amparo legal pertinente. (2,5)

Não (0,5)

Requisitos: contraditório e utilidade da prova (1,0)

Amparo legal (art. 372) (1,0)

**DPC 0319 – PROF. ORESTE LASPRO**  
**Prova Final de 16/06/2020 – GABARITO DA PROVA**

1) Analise o elemento da “fundamentação” da sentença, esclarecendo (i) em que consistem exatamente os “fundamentos” (art. 489, II, CPC), (ii) qual sua importância para a atividade jurisdicional, inclusive sob o viés constitucional e (iii) as consequências processuais na hipótese de ausência de fundamentação adequada nas hipóteses do art. 489, §1º, CPC. (3,0)

(i) fundamentos de fato e de direito / enquadramento do fato à norma (qualificação jurídica) – 1,0

(ii) princípio constitucional (art. 93, IX, CF) / controle das decisões / motivação indica efetivo contraditório e que questões foram respeitadas pela vedação à decisão-surpresa –1,0

(iii) nulidade (plano da validade) –1,0

2) O que se entende por “Princípio da Congruência” em matéria de sentença? Ele se aplica também a matérias de ordem pública? (2,5)

Primeira parte (1,5 – maior ênfase do que segunda parte para fins de nota): arts. 490 e 492 CPC, necessária correlação entre pedido e dispositivo.

Segunda parte (1,0): Não. Por exemplo: art. 485, §3º, CPC.

3) Explique o conceito e as diferenças entre os limites objetivos e subjetivos da coisa julgada, apontando seu fundamento legal. (2,5)

- Indicação de fundamento legal: 503, 504 e 506 CPC –1,0

- Conceito (1,5) Limites Objetivos: conteúdo atingido pela coisa julgada (o que) / relacionar conteúdo do provimento jurisdicional com o pedido da parte (mérito, sem fundamentação) e com a parte dispositiva / menção à inovação do CPC sobre questão prejudicial. Limites Subjetivos: identificação de quem está vinculado à decisão de mérito (quem) / imutabilidade aplicável às partes como consequência do contraditório / eficácia reflexa a terceiros interessados (interesse jurídico) / possibilidade de benefício mas nunca de prejuízo a terceiros